



MUNICÍPIO DE SARDOAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MUSEOGRAFIA
E COMUNICAÇÃO, E FORNECIMENTO DE
MOBILIÁRIO EXPOSITIVO PARA O CENTRO DE
INTERPRETAÇÃO DA SEMANA SANTA E DO
PATRIMÓNIO RELIGIOSO**

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira
Aprovisionamento, Património e Armazém

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS	1
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	1
CLÁUSULA 1. ^a	1
OBJETO	1
CLÁUSULA 2. ^a	1
CONTRATO	1
CLÁUSULA 3. ^a	1
PRAZO	1
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2
CLÁUSULA 4. ^a	2
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO	2
CLÁUSULA 5. ^a	3
CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE	3
CLÁUSULA 6. ^a	3
LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS BENS OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 7. ^a	3
INSPEÇÃO	3
CLÁUSULA 8. ^a	4
DEFEITOS OU DISCREPÂNCIAS	4
CLÁUSULA 9. ^a	4
GARANTIA TÉCNICA	4
CLÁUSULA 10. ^a	5
GARANTIA DE CONTINUIDADE DE FABRICO	5
CLÁUSULA 11. ^a	5
OBJETO DO DEVER DE SIGILO	5
CLÁUSULA 12. ^a	6
PREÇO CONTRATUAL	6
CLÁUSULA 13. ^a	6
PREÇO BASE	6
CLÁUSULA 14. ^a	6
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAÇÃO	6
CLÁUSULA 15. ^a	7
ATRASSO NO PAGAMENTO	7
CLÁUSULA 16. ^a	7
FUNDAMENTOS E PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO	7
CLÁUSULA 17. ^a	7
PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS	7
CLÁUSULA 18. ^a	8
DEVERES DE INFORMAÇÃO	8
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS	8
CLÁUSULA 19. ^a	8
SANÇÕES CONTRATUAIS	8
CLÁUSULA 20. ^a	9

Caderno de Encargos –Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira
Aprovisionamento, Património e Armazém

FORÇA MAIOR.....	9
CLÁUSULA 21.ª	10
RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE	10
CLÁUSULA 22.ª.....	10
RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR.....	10
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	10
CLÁUSULA 23.ª	10
FORO COMPETENTE.....	10
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS	10
CLÁUSULA 24.ª	10
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	10
CLÁUSULA 25.ª	11
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	11
CLÁUSULA 26.ª	11
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	11
CLÁUSULA 27.ª	11
CONTAGEM DOS PRAZOS.....	11
CLÁUSULA 28.ª	11
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	11
<u>PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS</u>	<u>11</u>
CLÁUSULA 29.ª.....	11
OBJETO.....	11
CLÁUSULA 30.ª.....	12
MAPA DE QUANTIDADES.....	12

Caderno de Encargos –Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo e interpretativo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso, de acordo com as Cláusulas Técnicas constantes da Parte II do presente Caderno de Encargos.

2 – As eventuais referências a marcas, de materiais, de produtos ou equipamentos, são apresentados a título meramente indicativo do nível de qualidade pretendido, devendo entender-se como associadas ao termo "ou equivalente" e "ou tipo". Nas descrições dos artigos que apresentem marcas são referências consideradas tipo, podendo ser substituídas por equivalentes.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

Cláusula 3.ª

Prazo

- 1 – O contrato inicia-se na data da sua outorga e termina a 31 de agosto de 2021, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2 – O prazo previsto pode ser prorrogado por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do fornecedor, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela entidade adjudicante.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços objeto do presente contrato de acordo com as especificações técnicas;
- b) Obrigação de entrega e montagem dos bens identificados na sua proposta, assim como formação de utilização e manutenção dos mesmos quando solicitado;
- c) Obrigação de garantia dos bens;
- d) Obrigação de continuidade de fabrico;
- e) Obrigação de assumir a responsabilidade por eventuais danos causados no edifício, nos equipamentos ou outros bens existentes na Capela de Nossa Senhora do Carmo, bem como quaisquer outros resultantes das atividades inerentes ao fornecimento ou montagem;
- f) Obrigação de prestar ao Município de Sardoal, em qualquer tempo na pendência do fornecimento, as informações e esclarecimentos relativos ao mesmo, prestados no âmbito do contrato a celebrar, em conformidade com as cláusulas do presente caderno de encargos;
- g) Obrigação de fornecer os dados do seu gestor do contrato (nome, morada profissional, telefone, email), ao qual incumbirá, em conjunto com o gestor de contrato designado pelo Município de Sardoal, a coordenação das comunicações, da documentação técnica, prazos de entrega, valores faturados e restantes operações previstas.

2 - O adjudicatário deve garantir as condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos aos trabalhadores que exercem funções na Autarquia, e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.

3 - Obriga-se também o adjudicatário a possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

4 — A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade

- 1 — O adjudicatário obriga-se a prestar e a entregar à entidade adjudicante os serviços e bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos previstos no presente Caderno de Encargos.
- 2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens com o contrato.
- 4 — O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Local e condições de entrega dos bens objeto do contrato

- 1 — Os bens objeto do presente Caderno de Encargos deverão ser entregues na Capela de Nossa Senhora do Carmo, em Sardoal.
- 2 — A data e o horário de entrega dos bens objeto do contrato deverão ser previamente definidos entre a entidade adjudicante e o adjudicatário.
- 3 — O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 4 — Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 7.ª

Inspeção

- 1 — Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por si designada, procede, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
- 2 - A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre os aspetos dimensionais, processos construtivos e os materiais envolvidos.

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

3 — Durante a fase de realização da inspeção, o adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daquela, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.

Cláusula 8.ª

Defeitos ou discrepâncias

1 — No caso da inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a conformidade dos bens objeto do contrato com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2 — No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 — Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

4 — A aceitação dos bens objeto do contrato não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com os requisitos técnicos e funcionais previstos no presente Caderno de Encargos.

5 — A rejeição dos bens disponibilizados, nos termos da presente cláusula, não confere ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização.

Cláusula 9.ª

Garantia técnica

1 — Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do contrato pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da data da fatura dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação dos bens.

2 — A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes com comprovado defeito de fabrico ou em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
- g) A mão-de-obra.

3 — Todas estas substituições deverão ser feitas pelo adjudicatário, num prazo a acordar entre as partes, sem que tal implique qualquer despesa ou encargos para o Município de Sardoal.

4 — Durante o período de garantia, todo e qualquer equipamento, componente ou peça que seja substituído em consequência dessa garantia, terá a partir da data da respetiva substituição, um período de garantia igual ao do equipamento, componente ou peça que substituiu.

5 - No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação ou substituição.

6 — A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 10.ª

Garantia de continuidade de fabrico

O fornecedor deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, a contar da data de entrega dos bens.

Cláusula 11.ª

Objeto do dever de sigilo

1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sardoal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 12.ª

Preço Contratual

1 — Pela prestação de serviços e pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deverá pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 13.ª

Preço Base

O preço base do presente procedimento, para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, é de € 62.006,70 acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento e faturação

1 — As quantias devidas pelo Município de Sardoal devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo Município de Sardoal, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação dos serviços e/ou a entrega dos bens objeto do contrato.

3 - Em caso de discordância por parte do Município de Sardoal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

5 - As faturas deverão ser emitidas de acordo com o previsto no art.º 299.º-B do CCP, sem prejuízo dos requisitos constantes no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28/12.

Cláusula 15.ª

Atraso no pagamento

1 — Pela mora no pagamento será o adjudicatário indemnizado na quantia que resultar da aplicação dos juros legais sobre o valor da prestação em falta.

2 — O pagamento da indemnização prevista no número anterior depende de interpelação do adjudicatário à entidade adjudicante.

Cláusula 16.ª

Fundamentos e prorrogação do prazo de execução

1 — Excecionalmente, o prazo de execução do contrato poderá ser prorrogado, quando ocorram factos imprevistos que acarretem a interrupção dos trabalhos ou atrasem gravemente o seu desenvolvimento.

2 — Constituem fundamento de prorrogação, desde que comprovados pelo adjudicatário e aceites pela entidade adjudicante, além dos descritos como casos de força maior, outros motivos internos à execução técnica dos trabalhos, desde que não resultantes de deficiente execução ou condução técnica dos mesmos.

3 — A prorrogação do prazo de execução será sempre feita a requerimento, o qual deve indicar objetivamente as razões que fundamentam o pedido, o período de interrupção dos trabalhos ou o atraso estimado, consoante o caso, e o período de prorrogação pretendido.

4 — O adjudicatário deverá informar a entidade adjudicante sempre que ocorram factos que acarretem a interrupção dos trabalhos ou atrasem gravemente o seu desenvolvimento, sem prejuízo do cumprimento dos seguintes prazos imperativos:

a) Nos casos de força maior, o adjudicatário deverá dar conhecimento à entidade adjudicante dos factos que fundamentam o pedido, nos cinco dias úteis subsequentes à sua ocorrência. Em caso de deferimento, o prazo de execução considerar-se-á automaticamente prorrogado, por período igual ao da suspensão dos trabalhos;

b) Nos casos relacionados com motivos internos à execução técnica dos trabalhos, o requerimento do adjudicatário deverá ser apresentado até quinze dias úteis antes de terminar o prazo a que diz respeito.

Cláusula 17.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

1 — São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2 — Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 18.ª

Deveres de informação

- 1 — Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
- 2 — Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 — No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS

Cláusula 19.ª

Sanções contratuais

- 1 — O adjudicatário está sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos bem como às sanções aí previstas.
- 2 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sardoal pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos da prestação dos serviços e/ou da entrega dos bens objeto do contrato, serão aplicadas as seguintes sanções:
 - a1) No primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2‰ (dois por mil) do preço contratual por cada dia de atraso;
 - a2) A partir do 11.º (décimo primeiro) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 5‰ (cinco por mil) do preço contratual por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do valor do bem.
- 3 - As sanções previstas no número anterior não podem exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
- 4 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Sardoal decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

5 - Ao valor da indemnização prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 2, relativamente aos serviços e/ou aos bens cujo atraso na respetiva conclusão ou entrega tenha determinado a respetiva resolução do contrato.

6 - O Município de Sardoal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias e indemnização devidas nos termos da presente cláusula.

7 - Poderá haver lugar ainda à resolução do contrato nos termos dos artigos 333.º a 335.º do CCP, sem prejuízo do Município de Sardoal vir a acionar o direito de indemnização nos termos gerais.

Cláusula 20.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

6 - Caberá ao Município de Sardoal apreciar os motivos de força maior apresentados.

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

Cláusula 21.ª

Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às sanções contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação escrita enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

3 - A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da entidade adjudicante com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 23.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 24.ª

Proteção de dados pessoais

O Município de Sardoal e o adjudicatário obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (UE) 016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados") e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que acedam no âmbito e para efeitos do presente procedimento.

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira

Aprovisionamento, Património e Armazém

Cláusula 25.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

- 1 - A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
- 2 - Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, aquele cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes, sempre que tal seja aplicável.
- 3 - No caso do número anterior, a execução do contrato ocorre nas mesmas condições já propostas pelo cedente no procedimento pré-contratual original.

Cláusula 26.ª

Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.ª

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos efetua-se de acordo com o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 29.ª

Objeto

O Município de Sardoal pretende a aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo e interpretativo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso, de acordo com o mapa de quantidades apresentado na cláusula seguinte.

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso



MUNICÍPIO DE SARDOAL

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão Administrativa e Financeira
Aprovisionamento, Património e Armazém

Cláusula 30.ª

Mapa de quantidades

No mapa de quantidades abaixo constam as especificações técnicas e quantidades dos serviços e mobiliário objeto do contrato, que terão que cumprir o seguinte:

Museografia e Comunicação	Quant.
Coordenação e implementação do projeto	1
Identidade Gráfica e Comunicacional	1
Conceção e Fornecimento dos produtos de difusão:	
Guia Geral com 60 Páginas em formato aberto 330x235mms, fechado 165x235mms, papel capa Prisma UpSilk 1 face 310gr+ plasticização mate papel miolo Inaset Plus Offset 120gr, Cor 4/4	1000
Produção de uma Ilustração representativa do núcleo urbano do Sardoal	1
Fornecimento e impressão de um Folheto Fé e Património Monumental em papel couché mate 300 grs, formato aberto 580x210mm [fechado 145x210], 3 dobras, papel Prisma UpSilk 2 faces 250gr + plasticização mate, Cor 4/4	2000
Fornecimento e impressão de mapa do Sardoal, em papel couché mate de 160 grs, 4/4, formato aberto 300x250mm e fechado, 100 x 125 mm, com plasticização matte	10000

Mobiliário Expositivo e Interpretativo	Quant.
Estrutura de suporte para interativo com 800x2050x150, lacado a cor a definir	1
Podium com espelho no topo 700x1200x700, lacado a cor a definir	1
Podium Lacado 700x900x700, lacado a cor a definir	1
Podium Lacado 800x750x800, lacado a cor a definir, com reentrância para funcionar como mesa de apoio	1
Podium Lacado 700x850x700, com tampo lacado, com diâmetro de 700mm	1
Podium com espelho 700x750x700, com diâmetro de 700mm	1
Sistemas de comunicação em vinil de corte (2 textos) e em impressão digital	1
Cadeira operativa será em estrutura de madeira com encosto em madeira com acabamento e cor a definir em obra. As dimensões são: 50x50x85 (CxLxA).	1
Bancos corridos com estrutura em casquinha e acabamento em MDF lacado a cor a definir. Face superior do modulo almofadada com revestimento em tecido com cor a definir. As dimensões são: 120x45x45 cm (CxLxA)	2
Placas de informação turística em metal com as medidas exteriores 2100mmx300mmx50mm, gravadas com texto/imagem, cor a definir em obra	10
Logística de entrega e montagem	1

Caderno de Encargos – Aquisição de serviços de museografia e comunicação, e fornecimento de mobiliário expositivo para a Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património Religioso

Digitally signed by ANTONIO MIGUEL CABEDAL BORGES

2021.04.12 15:49:40

0130022 SARDOAL

Telefone: 241 850 000 fax: 241 855 684 e-mail: aprovisionamento@cm-sardoal.pt